

LUTAR, DEFENDER E GARANTIR

Com reajuste salarial definido por campanha de dois anos fechada em 2016, trabalhadores farão mobilização nacional em defesa dos bancos públicos, contra terceirização, contratos precários de trabalho e retirada de direitos imposta pelas reformas trabalhista e da Previdência



Os bancos que não tentem usar a reforma trabalhista para terceirizar empregos bancários, impor contratos precarizados, retirar direitos. Reunidos na 19ª Conferência Nacional, 696 participantes aprovaram um plano de lutas, estratégias e resistência aos ataques que estão sendo feitos contra o movimento sindical e a classe trabalhadora.

Representando o Sindicato dos Bancários de Catanduva e Região estiveram presentes o presidente da entidade, Roberto Carlos Vicentim, e os dirigentes sindicais Antônio Júlio Gonçalves Neto, Júlio César Trigo, Aparecido Augusto Marcelo, Jane Aparecida de Oliveira, Júlio Mathias e Sérgio Ribeiro de Castro.

MOBILIZAÇÃO CONJUNTA - A Campanha Nacional vai ser uma das mais aguerridas dos últimos anos. Os trabalhadores da categoria definiram estratégias e ações em defesa do emprego e dos direitos, dos bancos públicos, da democracia, do movimento sindical e para as mesas temáticas de Saúde do Trabalhador, Igualdade de Oportunidades, Segurança Bancária e de Acompanhamento da Cláusula de Prevenção de Conflitos.

“Estamos dedicando toda atenção para a luta em defesa dos empregos da categoria e contra essa política de retrocessos que está em curso no Brasil. Temos que somar forças para barrar o avanço da terceirização nos bancos e garantir a manutenção dos postos de trabalho como for-

ma de assegurar condições de trabalho e qualidade no atendimento à população”, avalia o presidente do Sindicato Roberto Carlos Vicentim.

Segundo Vicentim, na Conferência também foi amplamente discutido o avanço das novas tecnologias no sistema financeiro. “Os bancos estão apostando alto na digitalização dos serviços, por isso, precisamos cobrar negociações a respeito desse tema com o objetivo de se inteirar a respeito desse processo, que mexe muito não só com a categoria, mas também com toda a sociedade”, aponta o dirigente.

MOÇÕES - No final da 19ª Conferência Nacional dos Bancários foram aprovadas diversas Moções de Repúdio, com destaque para a que condena a reforma trabalhista sancionada por Michel Temer (PMDB). Foi ressaltada no debate a falta de diálogo do governo com o movimento sindical para mudar a legislação de forma drástica e nociva à Classe Trabalhadora. O Banco Mercantil do Brasil também foi motivo de Moção de Repúdio pelo fechamento de agências e demissões em massa.

ACORDO DE DOIS ANOS - A Campanha Nacional Unificada 2016 garantiu aos bancários, após 31 dias de greve, um acordo com validade de dois anos para todos os trabalhadores de bancos públicos e privados do país. A estratégia mostrou-se ainda mais acertada, diante do agravamento da política de retirada de direitos com o governo Temer.

BANCÁRIOS REIVINDICAM

- ✓ Não à terceirização;
- ✓ Não ao contrato temporário;
- ✓ Não à contratação de autônomos;
- ✓ Não ao contrato intermitente de trabalho;
- ✓ Não ao teletrabalho sem negociação com os sindicatos;
- ✓ Não ao termo de quitação das obrigações trabalhistas;
- ✓ Não à jornada 12 x 36 horas;
- ✓ Não ao parcelamento da PLR em mais de duas vezes;
- ✓ Manutenção das homologações feitas pelos sindicatos para fiscalizar o devido pagamento dos direitos dos demitidos;
- ✓ Não à rescisão do contrato de trabalho em comum acordo, na qual os trabalhadores só perdem;
- ✓ Não ao limite à liberdade de expressão dos sindicatos e dos trabalhadores;
- ✓ Contra prêmios e bônus que não integrem os salários;
- ✓ Garantia dos centros de realocação e requalificação;
- ✓ Respeito à jornada de trabalho dos bancários como forma de preservação da saúde;
- ✓ CCT válida para todos os trabalhadores dos bancos;
- ✓ Que todos os trabalhadores da atividade-fim dos bancos sejam representados pelos sindicatos de bancários;
- ✓ Assinatura de termos de responsabilidade por parte do empregado não eximirá os empregadores da responsabilidade com a saúde dos trabalhadores;
- ✓ Livre acesso dos dirigentes sindicais às agências digitais;
- ✓ Garantia da ultratividade (validade) da CCT até a celebração de novo acordo;
- ✓ Garantia de que as gratificações de função sejam incorporadas após 10 anos de recebimento.





MENSAGEM AO LEITOR

Roberto Vicentim
Presidente

A defesa do emprego é uma das prioridades da Campanha Nacional. Os bancos já fecharam 10.752 postos de trabalho em todo o Brasil, no primeiro semestre de 2017, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Planos de desligamento lançados por grandes Instituições Financeiras têm forte impacto no emprego no setor. A Caixa, por exemplo, liderou o saldo negativo, com o fechamento de 4.429 postos de trabalho.

A estratégia faz parte de um conjunto de medidas e reformas que visam diminuir a atuação do Estado na promoção do desenvolvimento econômico e social, entregando para o mercado inclusive a gestão das políticas públicas. O desmonte dos bancos públicos é mais uma peça desse quebra-cabeça, que se agravará ainda mais com a aprovação da reforma trabalhista.

Durante a 19ª Conferência Nacional dos Bancários, definimos um plano de lutas para a categoria, com estratégias e ações que vão ajudar no combate às mudanças que prejudicam os trabalhadores.

Fomos a primeira categoria a se organizar nacionalmente e a conquistar um acordo de dois anos. Agora, seremos a primeira categoria a se organizar para superar toda esta conjuntura adversa.

Estamos atentos e vamos reagir a cada tentativa de desrespeito às conquistas previstas na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

Para isso, precisamos da sua participação. Sem você não tem sindicato. Sem sindicato não tem conquista!

Reforma trabalhista de Temer mexe diretamente com direitos dos bancários

Organização dos trabalhadores junto ao sindicato será fundamental para reagir

O último golpe contra os direitos trabalhistas foi desferido no dia 13 de julho. Publicada em Diário Oficial no dia 14, a reforma entra em vigor em 120 dias após a publicação e acaba com os empregos como conhecemos hoje.

Para os bancários, há riscos mais específicos e de encomenda para os banqueiros – principais apoiadores do desmonte e que tiveram bilhões em dívidas perdoadas com a Previdência ou via Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais).

Os bancos que já usam e abusam, por exemplo, da terceirização, agora totalmente liberada, e das horas extras, contarão, ainda, com contratação via trabalho intermitente, autônomo, em home-office sem controle da jornada, que inclusive poderá ser ampliada em todos os casos. Também estarão autorizados a mudar as formas de remuneração.

Foram menos de cinco meses de discussão do projeto de lei que alterou mais de 100 pontos da CLT e que tra-

mitou no regime de toque de caixa no Congresso Nacional, sem levar em conta os alertas feitos por ministros do TST (Tribunal Superior do Trabalho), da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e uma grande parcela de juristas que atuam na área trabalhista.

Veja abaixo quem são os senadores que votaram a favor de Temer, dos banqueiros e contra os trabalhadores, ampliando as possibilidades de precarização do trabalho e a dificuldade de acesso à Justiça.

SENADORES DE SÃO PAULO



Marta Suplicy
(PMDB/SP)



José Serra
(PSDB/SP)



Airtton Sandoval
(PMDB/SP)

VEJA COMO VOTOU CADA PARTIDO NO SENADO E NA CÂMARA



CONVITE

Seminário “Impactos da Reforma Trabalhista”

O Sindicato dos Bancários de Catanduva e Região realizará no dia 30 de agosto, às 19h30, na sede da entidade, um seminário sobre os impactos da reforma trabalhista com o palestrante André Fabiano Watanabe, da Crivelli Advogados.

O objetivo do evento é esclarecer as dúvidas referentes à reforma e ao futuro dos trabalhadores. Participe!

▶ Retrocesso

DESMONTE TRABALHISTA APROVADO

o que se perde e o que está em risco

NEGOCIAÇÃO

COMO ERA:

Convenções e acordos coletivos podem estabelecer condições de trabalho diferentes das previstas na legislação **apenas se conferirem ao trabalhador um patamar superior ao que estiver previsto na lei**



COMO FICOU:

Convenções e acordos coletivos **poderão prevalecer sobre a legislação**. Sindicatos e empresas podem negociar condições de trabalho diferentes das previstas em lei, mas **não necessariamente num patamar melhor para os trabalhadores**

HOME OFFICE

COMO ERA:

A legislação **não contempla** essa modalidade de trabalho



COMO FICOU:

Tudo o que o trabalhador usar em casa **será formalizado com o patrão via contrato**, como equipamentos e gastos com energia e internet, e **o controle do trabalho será feito por tarefa**

DESCANSO

COMO ERA:

O trabalhador que exerce a jornada padrão de 8 horas diárias tem direito a no **mínimo 1 hora e a no máximo 2 horas** de intervalo para repouso ou alimentação

COMO FICOU:

O intervalo poderá ser negociado, desde que tenha **pelo menos 30 minutos**. Se o empregador não conceder intervalo mínimo para almoço ou concedê-lo parcialmente, a indenização será de 50% do valor da hora normal de trabalho apenas sobre o tempo não concedido em vez de todo o tempo de intervalo devido

JORNADA

COMO ERA:

A jornada é **limitada a 8 horas diárias**, 44 horas semanais e 220 horas mensais, podendo haver até 2 horas extras por dia

COMO FICOU:

Jornada diária **poderá ser de 12 horas** com 36 horas de descanso, respeitando o limite de 44 horas semanais (ou 48 horas, com as horas extras) e 220 horas mensais

DEMISSÃO

COMO ERA:

Quando o trabalhador pede demissão ou é demitido por justa causa, ele **não tem direito à multa de 40% sobre o saldo do FGTS nem à retirada do fundo**. Em relação ao aviso prévio, a empresa **pode avisar o trabalhador sobre a demissão com 30 dias de antecedência ou pagar o salário referente ao mês sem que o funcionário precise trabalhar**

COMO FICOU:

O contrato de trabalho poderá ser extinto de comum acordo, com pagamento de **metade do aviso prévio e metade da multa de 40% sobre o saldo do FGTS**. O empregado poderá ainda movimentar até 80% do valor depositado pela empresa na conta do FGTS, mas não terá direito ao seguro-desemprego

TERCEIRIZAÇÃO

COMO ERA:

O projeto de lei que permite a **terceirização para atividades-fim foi sancionado anteriormente**



COMO FICOU:

Haverá uma **quarentena de 18 meses** que impede que a empresa demita o trabalhador efetivo para recontratá-lo como terceirizado. O texto prevê ainda que o terceirizado deverá ter as mesmas condições de trabalho dos efetivos, como atendimento em ambulatório, alimentação, segurança, transporte, capacitação e qualidade de equipamentos

Contribuição sindical

COMO ERA:

A contribuição é **obrigatória**. O pagamento é feito uma vez ao ano, por meio do desconto equivalente a um dia de salário do trabalhador

COMO FICOU:

A contribuição sindical será **opcional**

BANCO DE HORAS

COMO ERA:

O **excesso de horas** em um dia de trabalho pode ser compensado **em outro dia**, desde que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas. Há também um limite de 10 horas diárias

COMO FICOU:

O **banco de horas** pode ser pactuado por acordo individual escrito, desde que a compensação se realize **no mesmo mês**



FÉRIAS

COMO ERA:

As férias de 30 dias podem ser fracionadas **em até dois períodos**, sendo que um deles não pode ser inferior a 10 dias. Há possibilidade de 1/3 do período ser pago em forma de abono

COMO FICOU:

As férias poderão ser fracionadas **em até três períodos**, mediante negociação, contanto que um dos períodos seja de pelo menos 15 dias corridos

GRAVIDEZ

COMO ERA:

Mulheres **grávidas ou lactantes** estão proibidas de trabalhar em lugares com condições insalubres. Não há limite de tempo para avisar a empresa sobre a gravidez

COMO FICOU:

É permitido o trabalho de mulheres grávidas em ambientes de **baixa ou média insalubridade**, exceto se apresentarem atestado médico que recomende o afastamento. Mulheres demitidas têm até 30 dias para informar a empresa sobre a gravidez

► Caixa

PDVE escancara projeto para desmontar a Caixa

A Caixa anunciou no dia 14 de julho, por meio de circular enviada às unidades de todo o país, a reabertura do Programa de Desligamento Voluntário Extraordinário (PDVE). O objetivo é desligar até 5.480 trabalhadores.

Na primeira fase, a meta da direção da Caixa era de desligar 10 mil trabalhadores. Segundo a Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa), foram 4.645 adesões ao plano de demissão.

O prazo para aderir ao PDVE começou no dia 17 de julho e seguirá até 14 de agosto, com os desligamentos ocorrendo entre 24/07 e 25/08. Estão aptos a aderir os empregados e empregadas aposenta-



dos pelo INSS ou os que poderão se aposentar até 31 de dezembro; trabalhadores com no mínimo 15 anos de efetivo exercício de trabalho, e empregados com adicional de in-

corporação de função de confiança/cargo em comissão ou função gratificada até a data de desligamento (sem exigência de tempo mínimo de efetivo exercício na empresa).

Para Antônio Júlio Gonçalves Neto, diretor do Sindicato dos Bancários de Catanduva e Região, esta é mais uma demonstração de que a política de desmonte do banco público federal continua em curso, exigindo uma resposta urgente por meio da intensificação das lutas em defesa da instituição.

“A medida se junta a outras que visam o enfraquecimento da Caixa. A falta de empregados nas agências é evidente e as condições de trabalho e atendimento estão precárias. Com mais um PDVE e sem a perspectiva de novas contratações, tudo isso só irá se agravar. Não podemos permitir a destruição desse patrimônio dos brasileiros”, defende Tony.

Ataques ao banco público não cessam

Além da divulgação do novo PDVE, a direção do banco também anunciou medidas relacionadas à reestruturação que preveem a extinção de filiais e a migração de trabalhadores, entre outras. Outra mudança foi a realizada no normativo RH 205, ampliando o programa Gestão de Desempenho de Pessoas (GDP) para todos os bancários e bancárias com função.

De acordo com a mensagem enviada a toda a categoria, as mudanças que integram o processo de reestruturação estão concentradas nas Vice-Presidências de Logística (VILOG), Governo (VIGOV), Habitação (VIHAB), Fundos de Governo (VIFUG), Finanças e Controladoria (VIFIC), Gestão de Pessoa (VIPES) e Tecnologia da Informação (VITEC). Processos relacionados a FGTS, repasses, programas sociais e habitação, jus-

tamente entre os mais demandados pela população, estão entre os que serão impactados diretamente.

Outra face desse processo é a verticalização nas agências, que mudou o modelo de segmentação dos clientes Pessoa Física. Ao direcionar empregados do atendimento para prospecção de clientes e vendas de produtos para nichos que não são atingidos pela Caixa, a direção, nesse momento de desmonte dos bancos públicos, troca o certo pelo duvidoso. Reduz a inserção em segmentos que a Caixa domina e, em contrariedade com o seu papel social de banco público - imitando estratégias de instituições privadas - precariza o serviço à população, sobrecarrega bancários que já sofrem com a falta crônica de trabalhadores e ameaça com o descomissionamento, acarretado pelo corte de funções nas agências.

Sindicato cobra negociações urgentes com a Caixa

O Sindicato, por intermédio da Contraf-CUT e da Comissão dos Empregados (CCE/Caixa), cobra a abertura de negociações urgentes. A direção do banco tem um acordo firmado no último acordo coletivo de discutir qualquer tipo de reestruturação antes da sua implementação. “Não vamos aceitar que as mudanças sejam impostas sem qualquer negociação com os trabalhadores”, ressalta o diretor Antônio Júlio Gonçalves Neto.

ENCONTRO EM DEFESA DOS NOSSOS DIREITOS

Dia 23 de agosto às 19 horas

FUNCEF
Entenda o contencioso e o equacionamento

No Sindicato dos Bancários de Catanduva:
Rua Pernambuco, 156, Centro

APCEF/SP

Sindicato dos Bancários de Catanduva e Região

www.apcefsp.org.br

► Banco do Brasil

Bancários do BB já sentem o desmonte: unidades lotadas e reclamação de clientes



Agências lotadas, comprometimento do atendimento, desgaste dos trabalhadores. Esses são alguns dos relatos de bancários do Banco do Brasil sobre a reestruturação implementada desde o final de 2016. Com o processo que resultou no fechamento de postos de trabalho, diminuição das comissões e deixou inúmeros funcionários com perdas salariais que chegaram a até 60%, a direção do banco não respeitou aqueles que ajudaram a construir a empresa.

O BB ainda vem investindo de

forma rápida e atrapalhada na ampliação dos escritórios digitais. A novidade agora é a situação dos funcionários que perderam a carteira de clientes na última rodada de carteiras, e agora têm de bater de porta em porta para conseguir uma nova posição dentro da própria empresa. O desrespeito é tanto que muitos gerentes regionais disseram que os funcionários seriam reaproveitados nas carteiras digitais respeitando a última função de atendimento, mas isso não vem de fato acontecendo.

ANO DO ATENDIMENTO

Diante desse cenário caótico, o presidente do BB Paulo Cafarelli soltou um comunicado interno no qual afirmou que 2017 será o “ano do atendimento” para a instituição. Entretanto, os esforços da gestão do banco vão em sentido contrário, principalmente com descaso aos funcionários.

Segundo levantamento realizado pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o número de reclamações de clientes do BB junto ao Banco Central está relacionado à redução do número de agências praticada pela gestão do banco.

O Dieese aponta que houve um aumento de 46% no total de reclamações de clientes entre o 1º semestre de 2015, quando foram registradas 12.246 reclamações, até o 1º semestre de 2017, com 17.889 ocorrências. No mesmo período, houve uma redução na média semestral de 5.541 agências para 4.943, o que representa uma variação de -11%.

Os dados são consequência do fechamento de agências em prol do modelo digital. Tudo isso tem prejudicado diretamente o setor de aten-

dimento, o que gera um prejuízo à imagem do BB perante a sociedade.

A sobrecarga de trabalho vem comprometendo a qualidade do atendimento. Os dados registrados no BC apontam que a reclamação com maior incidência é justamente a de “insatisfação com o atendimento”. Ao todo, foram 9.171 ocorrências, o que representa 12% das reclamações de clientes do BB entre 2015 e 2017.

Para o presidente do Sindicato dos Bancários de Catanduva e Região Roberto Carlos Vicentim, a estratégia faz parte de um plano que ressuscita o projeto de privatização de bancos e empresas públicas. O dirigente alerta que não é só a população que sofre com a redução de unidades, que torna o atendimento ainda pior nas agências que sobreviveram ao desmonte.

O Sindicato lembra ainda que a imposição de metas abusivas configura assédio moral. Os trabalhadores que verificarem este tipo de conduta em seus locais de trabalho devem fazer uma denúncia por intermédio da ferramenta Denúncia, no site da entidade. O sigilo do denunciante é garantido.

Combate ao assédio moral é foco de reunião entre Sindicato e gerência do BB

Dirigentes do Sindicato reuniram-se com representantes da Gerência Regional de Varejo do Banco do Brasil – São Paulo Norte para debater alguns assuntos de interesse dos trabalhadores.

O tema principal da conversa foi o combate ao assédio moral, prática condenada pelo movimento sindical. O encontro se deu em virtude de denúncias sobre a atuação da Superintendência Estadual de Ribeirão Preto contra a cobrança excessiva por produtividade praticada em algumas unidades do banco pertencentes à base territorial do Sindicato.

Participaram do encontro o

presidente do Sindicato Roberto Carlos Vicentim e o diretor Aparecido Augusto Marcelo. Entre os representantes do banco estavam o gerente administrativo da Superintendência do BB Samuel Pinto e Cristiane Paukowski de Souza, da Gerência Regional de Gestão de Pessoas, Gepes - Ribeirão Preto.

Outro assunto abordado foi a unificação de agências. O Sindicato cobrou que os funcionários das unidades fechadas sejam realocados para as que permanecerão em funcionamento e afirmou que está monitorando o processo nas cidades de sua base. “A reunião foi bas-



Foto: Seb Catanduva

tante produtiva, e permitiu às partes um ajuste de sintonia essencial para melhorar as condições de trabalho nas agências do banco”, destacou o

diretor Aparecido Augusto Marcelo.

Uma nova reunião está sendo agendada para os próximos dias na sede da Gepes, em Ribeirão Preto.

► **Santander****Lucro recorde e corte de empregos**

Resultado do semestre chegou a R\$ 4,6 bi, aumento de 33%; ainda assim, banco eliminou 2 mil postos de trabalho

O Santander atingiu o maior lucro de sua história para um semestre: R\$ 4,612 bilhões em junho. Crescimento de 33,2% em relação ao mesmo período de 2016. O Brasil segue sendo o país onde o grupo espanhol tem seu maior resultado, que corresponde a 26% de seu lucro global. Em seguida vem o Reino Unido, com 17%, e a Espanha, com 15%. Mesmo assim, continua extinguindo empregos no país. Eliminou 2.281 vagas em 12 meses (junho de 2016 a junho de 2017), reduzindo o total de funcionários para 46.596. O banco também fechou agências. Foram 11 unidades encerradas no semestre, passando para 2.255.

“Os ganhos expressivos obtidos no Brasil não se traduziram em nenhuma contrapartida social, já que o banco segue fechando agências e demitindo milhares de pais e mães de família, trabalhadores que geraram esse lucro astronômico por meio do seu esforço e dedicação”,

criticou Maria Rosani, coordenadora da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Santander.

A receita com prestação de serviços mais a renda das tarifas bancárias cresceu 17% em doze meses, totalizando R\$ 7,5 bilhões. Já as despesas de pessoal, inclusive PLR subiram 4,5%, atingindo R\$ 4,4 bilhões. O que mostra que o banco consegue cobrir todas as despesas com seu quadro de funcionários somente com as receitas das tarifas cobradas dos clientes e ainda sobra 70,3% do valor. Sem contar os lucros obtidos com as demais transações realizadas pelo banco.

“Esse dado comprova que o Santander não só pode, como deve contratar mais funcionários a fim de prestar melhor atendimento aos clientes que pagam tarifas altas e também para contribuir socialmente com o país que dá tanto lucro para esse banco espanhol”, enfatiza o diretor do Sindicato dos Bancários de Catanduva e Região, Aparecido Augusto Marelo.

Acesse goo.gl/zNM6mv para ler a análise do Dieese sobre o balanço do Santander do primeiro semestre de 2017

► **Fundação Itaú-Unibanco****Participantes elegeram Chapa 1**

Candidatos apoiados pelo Sindicato estarão nos conselhos Deliberativo e Fiscal e comitês dos planos de previdência

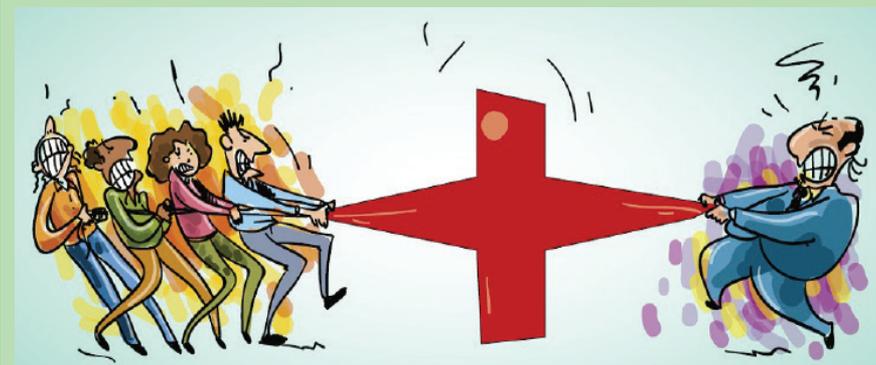


O A Chapa 1 saiu vitoriosa na eleição dos representantes dos participantes da Fundação Itaú-Unibanco. Os candidatos apoiados pelo Sindicato tiveram votação expressiva e irão ocupar os conselhos Deliberativo e Fiscal, assim como os comitês dos planos de previdência complementar.

NÚMEROS – Na votação para o Conselho Deliberativo e Fiscal – Ativos, a Chapa 1 teve 1.879 votos, elegendo Erica Monteiro de Godoy Mauri e Sergio Martins de Souza como titulares do Conselho Deliberativo, e Carlos Mauricio de Oliveira e Cesar Gomes Caldana como suplentes. No Con-

selho Fiscal entraram Ted Silvino Ferreira e Onisio Paulo Machado como titulares, e José Ribamar Pacheco e Antonio Augusto Borges.

Na votação para o Conselho Deliberativo e Fiscal – Assistidos, o número é ainda mais expressivo: 2.973 participantes apoiaram a Chapa 1. Eurípedes Arantes de Freitas e Manoel de Jesus Valverde assumem como titulares no Conselho Deliberativo, e Maria Lúcia Machado e José Carlos Lavecchia como suplentes. Para o Conselho Fiscal foram eleitos Luiz Fernando da Silva Telles e Antônio Eduardo Dias Teixeira como titulares. Luiz Fernando Pinheiro e Flavio de Martino, suplentes.

► **Saúde****Assuma o Controle! A saúde é Sua**

O título acima é o mote da campanha lançada pela Contraf-CUT durante a 19ª Conferência Nacional dos Bancários, realizada entre os dias 28,

29 e 30 de julho, em São Paulo. O objetivo é orientar a categoria a não delegar aos bancos a responsabilidade de cuidar da saúde. A campanha é uma forma de conter o alto índice

de doenças do trabalho verificado no setor devido às pressões constantes para atingir metas e à falta de pessoa, além do medo que muitos bancários e bancárias têm de se afastar do trabalho para tratamento e ser discriminado ou, até mesmo, figurar em listas de futuras demissões.

Neste sentido, a campanha “Assuma o Controle - A saúde é Sua” será focada nos seguintes parâmetros: Informar aos bancários e bancárias quais são os riscos das atividades realizadas no setor; Orientar a todos a não se submeter exclusivamente ao médico do trabalho do banco, que, via de regra, atende apenas aos interes-

ses patronais e seguir as orientações do médico de sua confiança;

Estimular a participação da categoria na defesa e proteção da saúde, exigindo relações interpessoais que se pautem pelo respeito mútuo; Conscientizar que o descanso é um direito dos trabalhadores e também fator fundamental na preservação de sua saúde; Mobilizar e organizar bancários e bancárias nos locais de trabalho a fim de garantir o respeito à preservação e tratamento de sua saúde; Ampliar e fortalecer o debate sobre condições de trabalho visando a elaboração de políticas de prevenção e proteção à saúde.

► Bradesco

Sindicato esclarece principais dúvidas sobre PDVE



Foto: Seeb Catanduva

O Sindicato promoveu no dia 26 uma reunião com bancários do Bradesco para esclarecimentos sobre o Plano de Desligamento Voluntário Especial (PDVE) lançado pelo banco no último dia 13.

A Assessoria Jurídica do Sindicato, composta pelos advogados Vitor Monaquezi Fernandes e pela especialista em direito previdenciário e plano de saúde Evelyn dos Santos Almeida, esclareceram os principais pontos do comunicado do banco e todas as suas implicações.

O secretário-geral do Sindicato e bancário do Bradesco Júlio César Trigo lembra que os trabalhadores têm até 31 de agosto para

decidir sobre a adesão, e só devem fazê-lo tendo o máximo de informações possíveis. “Nosso objetivo é fornecer toda a assistência necessária para que o trabalhador possa avaliar se o que está sendo proposto pelo banco é vantajoso para ele”.

O dirigente destaca ainda que o Sindicato permanecerá mobilizado para impedir que os bancários que se mantiverem no banco fiquem sobrecarregados com a saída dos colegas.

Confira as principais dúvidas dos bancários em relação do PDVE:

Ao aderir ao PDVE, há impedimentos para entrar com ação judicial?

Não há nenhum item no programa que implique que a adesão quite o contrato de trabalho, nem os direitos com a adesão.

É preciso preencher quais requisitos?

É preciso preencher apenas um dos dois requisitos. Lembrando que, vencido o prazo, se a pessoa não aderir e for demitida, infelizmente, a Justiça do trabalho não tem reconhecido o direito ao PDVE nessas

circunstâncias. São 2 critérios: 10 anos de banco e que esteja lotado na relação das unidades que o banco descreveu ou ter condições de se aposentar ou ainda já ser aposentado pelo INSS. Bancários com mais de 10 anos (que não estejam aposentados) e lotados em unidades não relacionadas, como agências, não podem aderir, pois não se encaixam. Nesse caso, se for demitido é melhor entrar com ação de reintegração.

E em relação aos valores?

Incentivo é uma coisa e verba rescisória é outra. Se a pessoa tem direito a 4 meses de aviso prévio, vai receber os 4 meses, multa de 40% e mais o incentivo. Lembrando que para o cálculo da média do incentivo integram as horas extras, além de outras previstas no programa. Apesar de receber todas as verbas como uma demissão comum, o trabalhador NÃO terá direito ao seguro desemprego.

E quanto a PLR?

Aqueles que se desligarem depois de 02 de agosto terão direi-

to a PLR proporcional, de acordo com as Convenções Coletivas de Trabalho que regem esta parcela.

Existe a possibilidade de manter de maneira vitalícia o Seguro Saúde?

O banco alterou o plano de saúde para o seguro saúde, portanto, há apenas a possibilidade judicial.

Qual o prazo de ajuizamento de ações?

O prazo consiste em 2 anos após o desligamento, mas o Sindicato orienta que todos se atentem ao prazo da reforma trabalhista, por isso ingressem até 31 de Outubro de 2017 para não correr riscos.

O Sindicato lembra que a adesão é voluntária e que qualquer decisão deve ser tomada com cautela. Os trabalhadores que sofrerem pressão para aderir ao plano devem entrar em contato através da ferramenta Denuncie, no site da entidade.

Outras dúvidas podem ser esclarecidas com o Jurídico às quartas e quintas-feiras, das 9 às 17 horas.



MAIS SOBRE PDVE NO SITE
bancariosdecatanduva.com.br

► Mercantil

Banco desrespeita funcionários, demite e fecha agências

O Mercantil do Brasil tem dado continuidade a um processo de demissões em todo o país, que vem deixando bancários inseguros em relação ao seu futuro no banco. Com um lucro líquido de R\$ 18,3 milhões em 2016, o banco reduziu 10 postos de trabalho em doze meses. O número de agências se manteve em 190 unidades, mas, foram fechados postos de atendimento eletrônico e “substituídos” por PAs, que de duas unidades, passou a contar com 19.

À época, o banco informou que passava por um processo de reestruturação e que não efetuará mais cortes nos meses seguintes, mas não foi o que ocorreu. De acordo com informações colhidas pelo Sindicato, o Mercantil não abre mais contas de pessoas físicas e jurídicas, o que colabora para a redução

das vagas de emprego. Para reduzir custos e aumentar a lucratividade, ainda tem substituído funcionários com uma média salarial mais alta por bancários com tempo menor de banco e menores salários.

Em visita à agência de Catanduva, diretores do Sindicato constataram a real situação: mais de duas horas na fila de espera por atendimento. Além de sobrecarregar os bancários, a política de precarização adotada pelo banco prejudica os aposentados e pensionistas do INSS, foco da instituição, que precisam de ajuda para utilizar o autoatendimento, formando longas filas. “O Sindicato repudia a onda de demissões imotivadas e exige respeito e reconhecimento a bancários e clientes, vítimas da obsessão do banco por lucros cada vez maiores”, critica o diretor do Sindicato Carlos Alberto Moretto.

Bandidos explodem caixas eletrônicos de agência em Itajobi

Sindicato intervém e garante a segurança de funcionários e clientes da instituição

Assaltantes explodiram, na madrugada do dia 7 de julho, caixas eletrônicas de uma agência do Bradesco localizada no centro de Itajobi (SP).

Segundo informações da polícia, os criminosos utilizaram dinamite para abrir os caixas eletrônicos, mas não tiveram êxito na ação e nenhuma quantia foi levada.

Embora a tentativa tenha sido frustrada, toda a área interna da agência ficou danificada, oferecendo riscos aos funcionários e clientes.

Dessa forma, visando garantir a segurança dos trabalhadores e da população, o Sindicato in-

terveio para impedir que a unidade continuasse funcionando normalmente. Um contato estreito foi estabelecido com a direção do banco e visitas periódicas têm sido realizadas pelos dirigentes.

“Seguiremos acompanhando o caso para que os funcionários retornem ao trabalho somente após o local apresentar condições físicas adequadas para a segurança dos bancários e clientes”, ressaltou o diretor do Sindicato Júlio Mathias.

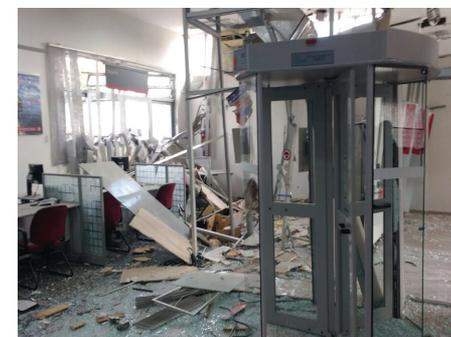


Foto: Seeb Catanduva

► Sindicato Cidadão

Unidade do Ministério do Trabalho pode fechar as portas em Catanduva

A unidade do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) de Catanduva pode fechar as portas. De acordo com informações da Comissão Intersindical do município, o prazo máximo para o funcionamento seria setembro.

Caso a unidade local deixe de funcionar, outras 15 cidades da região também poderão ser afetadas.

Preocupados com a situação, o movimento sindical requisitou aos representantes do Legislativo uma audiência pública, visando à discussão de alternativas para evitar o fechamento da unidade. Os sindicalistas também assinaram um ofício, que foi encaminhado para diversas autoridades políticas municipais.

“Como sindicato cidadão, não

podemos permitir o fechamento de uma instituição tão importante para a cidade e toda a sua população. O MTE é mantido pelo Governo Federal e tem um papel fundamental no auxílio ao cidadão à respeito de suas relações de trabalho. Uma mudança como esta dificultará as políticas básicas para geração de emprego e renda na região, a fiscalização das leis do trabalho e a garantia de saúde e segurança aos trabalhadores, que terão de se deslocar até São José do Rio Preto para resolver questões referentes a benefícios, emissão de registros profissionais, aposentadoria, auxílio-doença e processos trabalhistas”, defende o presidente do Sindicato dos Bancários de Catanduva e Região Roberto Carlos Vicentim.

► Dia do Bancário



Para comemorar o Dia dos Bancários, o Sindicato promoverá mais uma edição da tradicional Festa dos Bancários no dia 26 de agosto, no Clube dos Bancários. Não faltarão atrativos para que os bancários tenham um dia de integração e lazer.

O evento contará com churrasco, chopp, refrigerante, brincadeiras para as crianças e sorteio de prêmios, como uma Smart TV 32”, um vale-viagem no valor de R\$ 1500 e um head fone, entre outros. O sorteio está previsto para às 14 horas e todos os bancários sindicalizados, presentes ou não, estarão participando.

A festa será gratuita para bancários sindicalizados e para seus dependentes de até 12 anos. Cada bancário terá direito a um convite para acompanhante no valor de R\$ 30. Demais convidados dos bancários sindicalizados pagam R\$ 50.

Convites estarão disponíveis no Sindicato e não haverá venda na portaria do evento. Mais informações pelo telefone (17) 3522-2409.

Conta de luz fica mais cara para a população catanduvense

Desde o dia 12/07, a população de Catanduva e das cidades atendidas pela Energis são pagando mais caro pelo fornecimento de energia elétrica.

O aumento tarifário fora de hora foi provocado por uma mudança na estrutura do Grupo Energis – controlador da Nacional e de mais três distribuidoras no interior paulista, além de uma no estado do Paraná – que, desde o dia 1º de julho, foram agrupadas em uma única empresa com sede em Presidente Prudente.

Para viabilizar o agrupamento, as tarifas pagas pelos consumidores foram reajustadas e unificadas pela média, resultando no acréscimo de 4,77% para os consumidores residenciais e de 7,85% para os industriais.

Não bastasse o prejuízo financeiro, a centralização da estrutura em Presidente Prudente acarretará no risco iminente de desemprego e queda na qualidade dos serviços. Com a fusão das empresas, o atendimento aos consumidores deixou de ser feito no município, que deve manter apenas equipes de plantão para a prestação de serviços. “A tendência será o corte de mão de obra, inclusive especializada, na lógica de diminuir custos para aumentar lucros, alerta o Sindicato dos Trabalhadores Energéticos do Es-

tado de São Paulo (Sinergia CUT).

A sede da nova empresa fica responsável pelo atendimento de quaisquer serviços, mesmo os de emergência. Catanduva passará a ser atendida por um 0800, que funciona em Presidente Prudente. É de lá que serão acionadas as equipes dos outros municípios, o que deve aumentar o tempo de atendimento e certamente afetar a agilidade e a qualidade dos serviços prestados.

SINDICATO CIDADÃO

O Sindicato dos Bancários de Catanduva e Região participou de reunião com a Aneel, na qual entregou ao representante da instituição nota de repúdio à unificação das concessões, reiterando o apoio à luta dos funcionários para que se fizesse valer a concessão revalidada em 2015.

“Isso tudo é fruto da ampliação da terceirização no país. A partir do momento que se incorpora áreas regionais, tem-se a valorização exclusiva do lucro, a diminuição da mão-de-obra, a precarização das condições de trabalho e o aumento de empregados adoecidos. Repudiamos qualquer medida que venha implicar consequências sociais negativas a nossa região e aos nossos trabalhadores”, defendeu Roberto Carlos Vicentim, presidente do Sindicato.

